

[Important note: The following convenience translation is based on a machine translation. It has been prepared for information purposes. The machine translation has not been reviewed by Allianz. We do not assume any liability, either expressly or tacitly, for the preciseness, completeness or correctness of the translation. In case of deviations between the original text and this translation, the original text will be binding.]

PLANO DE FUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA

entre

AWP HEALTH & LIFE SERVICES LIMITED
Entidade que transfere

e

AP SOLUTIONS GMBH
Entidade recetora

9 de abril de 2025

Conteúdo

| | |
|--|----|
| PREÂMBULO | 3 |
| 1. ENTIDADES DE FUSÃO (§ 307 (2) nº 1 UmwG e Regulamentos 28(2)(a) e (b) de os regulamentos irlandeses sobre fusões)..... | 5 |
| 2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO | 6 |
| 3. EFICÁCIA DA OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO | 6 |
| 4. SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM EXAME; SEM RELATÓRIO DE PERITO (§ 307 (2) nº 2, 3, 5, 13 UmwG e Regulamentos 28(2)(c) e (m) dos regulamentos irlandeses sobre fusões)..... | 6 |
| 5. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO..... | 7 |
| 6. DATA DE PRODUÇÃO DE CONTABILÍSTICOS DA FUSÃO; DA FUSÃO DATA DO BALANÇO ; AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO E DO PASSIVO TRANSFERIDOS (§ 307 (2) no 6, 11, 12 UmwG e Regulamentos 28(2)(f), (k) e (l) do Irish Regulamento das concentrações)..... | 8 |
| 7. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (§ 307 (2) no 4 UmwG e Regulamentos 28(2)(d) e (e) do Irish Regulamento das concentrações)..... | 8 |
| 8. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10 UmwG e Regulamento 28(2)(j) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões) | 13 |
| 9. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (n.º 2 artigo 307.º) n.os 7 e 8 da UmwG e Regulamentos 28(2)(g) e (h) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões) . | 13 |
| 10. ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA (§ 307 (2) n.º 9 UmwG e Regulamento 28(2)(i) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões) .. | 14 |
| 11. GARANTIAS OFERECIDAS AOS CREDORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e Regulamento 28(2)(n) dos regulamentos irlandeses relativos às concentrações) | 14 |
| 12. DISPOSIÇÕES FINAIS | 14 |

PROJECTO COMUM DE FUSÃO

TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE OS ABAIXO

ASSINADOS:

1. **AWP Health & Life Services Limited**, uma sociedade privada limitada por acções constituída na Irlanda com o número de registo 509216 e com sede social em 15 Joyce Way, Park West Business Campus, Nangor Road, Dublin 12, Dublin, Irlanda,

a seguir designada por "**entidade cedente**",

E

2. **AP SOLUTIONS GMBH**, uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão, com sede social em Munique, Alemanha, e com sede social em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha, registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique sob o número HRB 177695,

a seguir designada por "**entidade recetora**".

A entidade cedente e a entidade beneficiária são a seguir designadas coletivamente "**Partes**" e cada uma separadamente por "**Parte**".

PREÂMBULO

- (A) O Conselho de Administração da entidade contribuidora e os diretores executivos da entidade beneficiária tencionam fundir a entidade contribuidora na entidade beneficiária através de uma fusão transfronteiriça por absorção (a "**fusão**").
- (B) A fusão faz parte de uma operação global destinada a reagrupar as empresas de serviços europeias do grupo Allianz Partners, a que pertencem a entidade cedente e a entidade beneficiária, numa única entidade jurídica com sede na Alemanha que geriria as actividades de serviços locais através de sucursais, com o objetivo de simplificar a organização jurídica do grupo Allianz Partners.
- (C) A entidade beneficiária tem uma sucursal na Irlanda. Logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será fundida na Allianz Partners Deutschland GmbH, outra sociedade alemã de responsabilidade limitada do grupo Allianz Partners (a "**fusão subsequente**"), através de uma fusão nacional nos termos da legislação alemã. A Allianz Partners Deutschland GmbH tem também uma sucursal na Irlanda. A intenção das partes é que a fusão e a fusão subsequente sejam concluídas na mesma data, enquanto a fusão subsequente estará sujeita à condição prévia de que a fusão tenha sido . Por conseguinte, a sucursal irlandesa da Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá as actividades exercidas pela entidade cedente após a conclusão da fusão e da fusão subsequente (com exceção das actividades de

a sucursal belga da entidade cedente, cf. (D) infra). Se houver um período intercalar entre a conclusão da fusão e a fusão subsequente, a sucursal irlandesa da AP Solutions GmbH prosseguirá as actividades exercidas pela entidade cedente durante esse período intercalar (exceto as actividades da sucursal belga da entidade cedente, cf. (D) infra).

- (D) A entidade cedente, bem como a entidade beneficiária e a Allianz Partners Deutschland GmbH, têm cada uma uma sucursal na Bélgica. Pretende-se que, após a fusão e a fusão subsequente, a sucursal belga da Allianz Partners Deutschland GmbH prossiga as actividades exercidas pela sucursal belga da entidade cedente a partir da data em que a fusão se tornar efectiva (ou seja, a partir da data de conclusão, tal como definida na secção 3.1). Se houver um período intercalar entre a conclusão da fusão e a fusão subsequente, a sucursal belga da entidade beneficiária prosseguirá a atividade da sucursal belga da entidade cedente durante esse período intercalar.
- (E) Quando a fusão se tornar efectiva, os activos e passivos da entidade cedente serão atribuídos à sucursal irlandesa da entidade beneficiária, exceto os activos e passivos pertencentes à sucursal belga da entidade cedente, que serão transferidos para a sucursal belga da entidade beneficiária. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, estes activos e passivos serão então atribuídos à sucursal irlandesa da Allianz Partners Deutschland GmbH e à sucursal belga da Allianz Partners Deutschland GmbH, respetivamente. A atividade transferida será então gerida pela Allianz Partners Deutschland GmbH.
- (F) A Fusão é uma fusão transfronteiriça e está a ser realizada em conformidade com as disposições legais aplicáveis na Irlanda e na República Federal da Alemanha, implementando a Diretiva 2019/2121 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, conforme na Diretiva 2017/1132 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, relativa a certos aspetos do direito das sociedades. Na Irlanda, a fusão é executada em conformidade com as disposições da Parte 3 dos Regulamentos da União Europeia (Conversões, Fusões e Divisões Transfronteiriças) de 2023 (na sua versão alterada) (os "**Regulamentos Irlandeses sobre Fusões**"). Na República Federal da Alemanha, a fusão é realizada em conformidade com as disposições da Parte I do Livro VI (secções 305 a 318) da Lei da Transformação Alemã ("**UmwG**").
- (G) O único acionista da Entidade cedente e da Entidade recetora é a Allianz Partners SAS, uma sociedade anónima francesa simplificada (*Société par actions simplifiée*) constituída ao abrigo da lei francesa, com sede social em Saint-Ouen-sur-Seine, França, e sede social em 7 rue Dora Maar 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, registada no Registo Comercial e de Empresas de Bobigny sob o número 301 763 116.

A entidade cedente e a entidade beneficiária acordam o seguinte plano conjunto de fusão (o "**plano de fusão**").

É DE O SEGUINTE:

1. ENTIDADES DE CONCENTRAÇÃO (§ 307 (2) n.o 1 UmwG e Regulamentos 28(2)(a) e (b) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões)

1.1. Entidade que transfere

A entidade cedente, AWP Health & Life Services Limited, é uma sociedade privada limitada por acções constituída na Irlanda sob o número 509216 do Companies Registration Office ("**CRO**") e com sede social em 15 Joyce Way, Park West Business Campus, Nangor Road, Dublin 12, Dublin, Irlanda.

O capital social emitido da entidade cedente é de 100,00 EUR, dividido em 100 acções ordinárias com um valor nominal de 1,00 EUR cada. Todas as acções da entidade cedente estão totalmente realizadas e são detidas diretamente pela Allianz Partners SAS, que é o único acionista da entidade cedente. A Entidade cedente não emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além acções da Entidade cedente.

A entidade cedente estabeleceu uma sucursal na Bélgica para prestar serviços de administração a terceiros (a "**sucursal belga cedente**"). No âmbito da fusão, as informações relativas à sucursal belga cedente serão actualizadas no registo do Tribunal de Empresas de Bruxelas.

1.2. Entidade recetora

A Entidade Recetora, AP Solutions GmbH, é uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão com sede social em Munique, Alemanha. A sua sede social é na Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha. A Entidade Recetora está registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique com o número HRB 177695.

A Entidade Recetora tem um capital social de 824.739,00 euros, representado por 824.739 acções com um valor nominal de 1,00 euros cada. Todas as acções da Entidade Recetora são detidas diretamente pela Allianz Partners SAS, que é o único acionista da Entidade Recetora. A Entidade Recetora não emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além das acções da Entidade Recetora.

A entidade recetora tem uma sucursal estabelecida na Irlanda com o número CRO 910102 e com sede em 11b Joyce Way, Park West Business Campus, Dublin 12, Dublin, Irlanda.

A entidade beneficiária estabeleceu também uma sucursal na Bélgica (a "**sucursal belga beneficiária**"). No âmbito da fusão, as informações relativas à sucursal belga recetora serão actualizadas no registo do Tribunal de Empresas de Bruxelas.

2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO

- 2.1. A entidade contribuidora, na qualidade de entidade contribuidora, é fundida na entidade beneficiária, na qualidade de entidade beneficiária, através de uma fusão transfronteiriça por absorção, nos termos do n.º 1 do artigo 305.º da Lei alemã das concentrações (UmwG), em conjugação com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei irlandesa das concentrações (UmwG), e através de uma fusão transfronteiriça por aquisição, nos termos da parte 3 dos regulamentos irlandeses relativos às concentrações. Em resultado desta fusão, a entidade cedente transfere todos os seus activos e passivos, com todos os direitos e obrigações, para a entidade beneficiária por dissolução sem liquidação. Quando a fusão se tornar efectiva, a totalidade do ativo e do passivo da entidade contribuidora será transferida para a entidade beneficiária por meio de sucessão universal.
- 2.2. Todos os activos e passivos da sucursal belga cedente serão integralmente transferidos para a sucursal belga beneficiária quando a fusão se tornar efectiva.

3. EFICÁCIA DA FUSÃO

- 3.1 A fusão torna-se efectiva nos termos do artigo 305.º, n.º 1, em conjugação com o artigo 20.º, n.º 1, n.º 1, da UmwG, após a inscrição no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade recetora (a "**data de conclusão**"). Após a inscrição da fusão no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade beneficiária, a entidade cedente deixará de existir, os seus activos e passivos serão transferidos para a entidade beneficiária como um todo sem liquidação e as suas acções serão canceladas.
- 3.2 Na data de conclusão, a posse de todos os instrumentos de propriedade, acordos, certificados e outros documentos, registos, livros ou cadastros relativos aos bens e direitos da entidade cedente será transferida para a entidade beneficiária.

4. SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONCENTRAÇÃO; SEM EXAME; SEM RELATÓRIO DE PERITO (§ 307 (2) n.º 2, 3, 5, 13 UmwG e Regulamentos 28(2)(c) e (m) dos regulamentos irlandeses sobre fusões)

- 4.1 Tanto a entidade cedente como a entidade beneficiária são filiais diretas detidas a 100% pela Allianz Partners SAS. Por conseguinte, um aumento do capital social da entidade beneficiária através da emissão de novas acções não é necessário para a realização da fusão e não terá (artigo 307.º, n.º 3, n.º 2, alínea a), da UmwG e Regulamento 28, n.º 2, alínea c), subalínea ii), dos regulamentos irlandeses relativos às fusões).
- 4.2 Uma vez que todas as acções da entidade contribuidora e da entidade beneficiária são detidas pela mesma pessoa (Allianz Partners SAS) e não são emitidas quaisquer acções para os acionistas da entidade contribuidora, em conformidade com o § 307 (3) n.º 2 (a) UmwG e o Regulamento 28(c) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões, este plano de fusão não inclui quaisquer informações sobre uma relação de troca de acções

(artigo 307.º, n.º 2, n.º 2, da UmwG e Regulamento 28, n.º 2, alínea c), subalínea i), do Regulamento das concentrações irlandês), a transferência de novas acções da entidade beneficiária (artigo 307.º, n.º 2, n.º 3, da UmwG e Regulamento 28, n.º 2, alínea c), subalínea ii), do Regulamento das concentrações irlandês), participação nos lucros de novas acções (§ 307 (2) n.º 5 UmwG e Regulamento 28(2)(c)(iii) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões) ou qualquer compensação em dinheiro (§ 307 (2) n.º 13 UmwG e Regulamento 28(2)(m) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões).

- 4.3 Uma vez que todas as acções da entidade cedente e da entidade beneficiária são detidas pela mesma pessoa (Allianz Partners SAS), não é exigida uma auditoria da fusão nem um relatório de auditoria da fusão nos termos do artigo 8 (3), frase 3, n.º 1 (b) e n.º 2 UmwG, em conjugação com os artigos 9 (2) e 12 (3) UmwG, em conjugação com o artigo 311 (2), frase 1 UmwG, e não é exigido um exame do presente plano de fusão ou um relatório de um perito nos termos do n.º 6 do Regulamento 30 dos regulamentos irlandeses relativos às fusões, uma vez que o único acionista das partes concordou em renunciar a este requisito.

5. **RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO**

- 5.1 Uma vez que todas as acções da entidade cedente e da entidade beneficiária são detidas pela mesma pessoa (Allianz Partners SAS), não é exigido um relatório de fusão ou um relatório explicativo para os acionistas, nos termos do artigo 8 (3), frase 3, n.º 1, alínea b), e n.º 2 da UmwG, em conjugação com o artigo 309 (6), frase 1, da UmwG e com o Regulamento 29(7) do Regulamento das Fusões irlandês, uma vez que o único acionista das partes concordou em renunciar a este requisito.
- 5.2 Dado que todas as acções da entidade contribuidora e da entidade beneficiária são detidas pelo mesmo acionista e que não estão a ser atribuídas acções pela entidade beneficiária no âmbito da fusão, não é exigido pela legislação irlandesa um relatório de fusão ou um relatório explicativo para os trabalhadores da entidade contribuidora, em conformidade com o Regulamento 47(2)(b) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões. Uma cópia deste plano de fusão será entregue ao CRO e os trabalhadores da entidade contribuidora serão informados de que podem apresentar comentários sobre este plano de fusão à entidade contribuidora até à data da assembleia geral extraordinária da entidade contribuidora, em conformidade com o Regulamento 33(1) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões.
- 5.3 Foi elaborado um relatório de fusão para os trabalhadores da entidade beneficiária, em conformidade com o § 309 (1), (2), (3) e (5) da UmwG. O relatório de fusão para os trabalhadores foi disponibilizado aos representantes competentes dos trabalhadores e, na ausência de representantes competentes dos trabalhadores, aos trabalhadores da entidade beneficiária, juntamente com um projeto do presente projeto de fusão, em conformidade com o § 310 (1) da UmwG, e aos trabalhadores afectos à sucursal belga cedente, bem como à delegação sindical responsável por esses trabalhadores.

empregados (a entidade transferidora não tem quaisquer empregados fora da sucursal belga transferidora).

6. DATA DE EFECTIVAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO PARA FINS CONTABILÍSTICOS; DATA DO BALANÇO DA CONCENTRAÇÃO; VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS (Secção 307 (2) n.º 6, 11, 12 UmwG e Regulamentos 28(2)(f), k) e (l) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões)

- 6.1. A aquisição dos activos da entidade cedente pela entidade beneficiária terá lugar, para efeitos contabilísticos entre as partes, a partir de 1 de janeiro de 2025, às 0:00 horas, hora irlandesa (início do dia). A partir desta , todas as acções e transacções da entidade cedente serão consideradas como tendo sido realizadas por conta da entidade beneficiária (data efectiva da fusão na aceção do artigo 307.º n.º 2, n.º 6, da Lei das concentrações e do Regulamento 28, n.º 2, alínea f), do Regulamento das concentrações irlandês).
- 6.2. A data de transferência e aquisição para efeitos fiscais na Alemanha é 31 de dezembro de 2024, às 24:00 horas (fim do dia). A data de transferência e aquisição para efeitos fiscais irlandeses é a data de conclusão. Como tal, as contas de gestão irlandesas terão de ser preparadas e mantidas pela entidade contribuidora até à data de conclusão.
- 6.3. Não obstante os parágrafos anteriores, a transferência dos activos e passivos da sucursal belga cedente para a sucursal belga beneficiária terá lugar, para efeitos contabilísticos e fiscais, a partir do momento em que a fusão se tornar efectiva (ou seja, a partir da data de conclusão).
- 6.4. A data das contas financeiras da entidade beneficiária e da entidade cedente, que serão utilizadas para determinar as condições da fusão, é 31 de dezembro de 2024 (artigo 307.º, n.º 2, n.º 12, da UmwG e Regulamento 28, n.º 2, alínea l), dos regulamentos irlandeses relativos às fusões).
- 6.5. Para a transferência, os activos da entidade cedente foram avaliados pelo valor contabilístico (§ 307 (2) n.º 11 UmwG e Regulamento 28(2)(k) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões).

7. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (§ 307 (2) no 4 UmwG e Regulamentos 28(2)(d) e (e) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões)

Logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será objeto de uma fusão com a Allianz Partners Deutschland GmbH (a fusão subsequente, tal como definida no preâmbulo (C)) supra). A intenção das partes é que a fusão e a fusão subsequente sejam concluídas na mesma data. Por conseguinte, por uma questão de transparência, as explicações que se seguem descrevem os efeitos esperados da fusão e da fusão subsequente. Deve , contudo, que a fusão subsequente é juridicamente uma fusão distinta.

7.1. Efeitos sobre os trabalhadores da entidade que transfere

A Entidade que transfere não tinha empregados empregados na Irlanda em 28 de fevereiro de 2025. No entanto, a entidade transferidora tinha 47 trabalhadores empregados na Bélgica, na sucursal belga transferidora, 28 de fevereiro de 2025. Como tal, todas as referências no plano de fusão a trabalhadores da entidade contribuidora dizem respeito a trabalhadores empregados na Bélgica, na sucursal belga contribuidora. Prevê-se que o número de trabalhadores não se altere significativamente na altura em que a Fusão se tornar efectiva. Não existe na Entidade contribuidora qualquer conselho de empresa para os trabalhadores da Entidade contribuidora.

Em conformidade com a alínea g) do n.º 1 do Regulamento 46 dos regulamentos irlandeses relativos às fusões, a fusão da entidade cedente resultará na transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de trabalho dos trabalhadores da entidade cedente para a entidade beneficiária. Quando a fusão se tornar efectiva, todas as relações laborais da entidade contribuidora, com todos os direitos e obrigações, serão automaticamente transferidas para a entidade beneficiária. As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se sem alterações aos trabalhadores transferidos, mesmo após a fusão. Não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão. Quaisquer acordos de trabalho ou convenções colectivas de trabalho aplicáveis na entidade beneficiária não se aplicarão às relações de trabalho dos trabalhadores da entidade beneficiária após a fusão. A entidade beneficiária será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os pagamentos em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento da transferência da atividade (ou seja, o momento em que a fusão se torna efectiva), nos termos dos artigos 305.º, n.º 2, frase 1, 20., n.º 1, n.º 1, da UmwG e do Regulamento 46.º, n.º 1, alínea g), dos regulamentos irlandeses relativos às fusões. A entidade cedente deixará de ser responsável, uma vez que deixará de existir quando a fusão se tornar efectiva, nos termos dos §§ 305 (2) frase 1, 20 (1) n.º 2 UmwG e Regulamento 46(1)(c) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões. A entidade beneficiária prosseguirá a atividade da entidade cedente com os trabalhadores afectados a esta atividade na sua sucursal na Bélgica.

Uma vez que os trabalhadores da entidade contribuidora se tornam trabalhadores da entidade beneficiária após a conclusão da fusão, as consequências da fusão subsequente para os trabalhadores da entidade beneficiária (tal como descrito na secção 7.2 abaixo) também se aplicam aos trabalhadores da entidade contribuidora quando a fusão subsequente se tornar efectiva.

As actividades comerciais da entidade cedente não serão alteradas devido à fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade beneficiária será alterada ou restringida em termos organizacionais no decurso da fusão. A Fusão não tem qualquer efeito sobre os trabalhadores da entidade contribuidora e as suas relações laborais (exceto no que diz respeito à mudança de empregador). A

O local de trabalho dos trabalhadores da entidade cedente permanecerá o mesmo e estes continuarão a exercer as suas actividades da mesma forma que antes da fusão. O mesmo se aplicará à fusão subsequente, uma vez que esta também não terá qualquer alteração substantiva para os trabalhadores da entidade contribuidora. A Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá a atividade da entidade cedente e, após a conclusão da fusão, a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectos a esta atividade nas suas sucursais irlandesa e belga.

- 7.2. Informações sobre os trabalhadores das agências contratados pela entidade cedente A entidade cedente não contrata quaisquer trabalhadores das agências.

- 7.3. Efeitos sobre os empregados da Entidade Recetora

A entidade beneficiária empregava um número total de 3.413 trabalhadores, dos quais 327 na Alemanha, em 28 de fevereiro de 2025. Espera-se que o número de trabalhadores na Alemanha não se altere significativamente na altura em que a Fusão se tornar efectiva. Não existe uma comissão de trabalhadores local na entidade recetora para os trabalhadores atualmente empregados na entidade recetora na Alemanha. Existem conselhos de empresa locais e outros representantes dos trabalhadores na entidade recetora a nível das sucursais em França, Itália, Espanha e Portugal, que não serão afectados pela fusão. Estes representantes dos trabalhadores continuarão a existir na Allianz Partners Deutschland GmbH após a fusão subsequente. O conselho de empresa do grupo (*Konzernbetriebsrat*) existente na Allianz SE continuará a ser competente ao abrigo das disposições da lei alemã relativa à constituição de empresas ("**BetrVG**"). Quaisquer acordos de trabalho a nível do grupo em vigor na entidade beneficiária continuam a ser aplicáveis após a fusão e a fusão subsequente. A entidade contribuidora e a entidade beneficiária não são membros de uma associação de empregadores na Alemanha. As convenções colectivas de trabalho alemãs (*Tarifverträge*) não se aplicam diretamente antes da realização da fusão e tal não se alterará devido à fusão e à fusão subsequente.

A fusão não tem qualquer efeito sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e as suas relações laborais. De igual modo, a Fusão subsequente não terá qualquer efeito direto (exceto no que se refere à mudança de empregador) para os trabalhadores da Entidade beneficiária (ou de qualquer das suas respectivas sucursais).

As actividades comerciais da entidade recetora não serão alteradas devido à fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade beneficiária será alterada ou restringida em termos organizacionais em resultado da fusão. Além disso, a fusão subsequente não terá qualquer alteração substantiva sobre os trabalhadores da entidade beneficiária e estes continuarão a exercer as suas actividades da mesma forma que antes da fusão e da fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectados a esta atividade nas respectivas sucursais.

As relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária não serão alteradas pela fusão; em especial, a situação jurídica dos trabalhadores da entidade beneficiária em matéria de cessação do contrato de trabalho não será afetada pela fusão. Na medida em que existam acordos de trabalho, acordos contratuais individuais e outros acordos de empresa, compromissos e acordos, estes não serão afectados pela fusão e não se aplicarão quaisquer alterações aos trabalhadores da entidade beneficiária. Não estão previstas quaisquer medidas relacionadas com a fusão que possam ter um impacto nos trabalhadores da entidade beneficiária.

De acordo com as respectivas leis locais, a fusão subsequente resultará na transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes das relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária (incluindo os trabalhadores das suas respectivas sucursais) para a Allianz Partners Deutschland GmbH e na sua atribuição à respectiva sucursal. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, todas as relações laborais da entidade beneficiária (incluindo os trabalhadores das respectivas sucursais), com todos os direitos e obrigações, serão automaticamente transferidas para a Allianz Partners Deutschland GmbH e atribuídas à respectiva sucursal. As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se sem alterações aos trabalhadores transferidos, mesmo após a fusão subsequente. Não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão subsequente. Após a fusão subsequente, quaisquer acordos de empresa da Allianz Partners Deutschland GmbH celebrados com o conselho geral de empresa (*Gesamtbetriebsrat*) da Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito das suas responsabilidades nos termos do § 50 (1) da BetrVG aplicam-se aos trabalhadores da entidade beneficiária empregados na Alemanha. Tal não se aplica se esse acordo de empresa se limitar a determinadas operações comerciais da Allianz Partners Deutschland GmbH ou se forem aplicáveis disposições colectivas ou individuais superiores. Quaisquer acordos de trabalho locais aplicáveis à Allianz Partners Deutschland GmbH na Alemanha não serão aplicáveis relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária após a fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os salários em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento em que a fusão subsequente se tornar efectiva. A partir desse momento, a entidade beneficiária deixará de ser responsável, uma vez que deixará de existir. Após a conclusão da fusão subsequente, a Allianz Partners Deutschland GmbH continuará a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectos a esta atividade nas respectivas sucursais. De acordo com a legislação aplicável, nem a entidade cedente nem a entidade beneficiária têm um conselho de supervisão. A Allianz Partners Deutschland GmbH está a criar um conselho de supervisão, que será composto por um terço de representantes dos trabalhadores.

A fusão também não tem efeitos sobre os trabalhadores de outras entidades que serão transferidos para a entidade beneficiária no âmbito de fusões transfronteiriças de outras jurisdições que serão realizadas em paralelo e podem tornar-se efectivas antes ou depois da fusão; o mesmo se aplica

aos trabalhadores das duas únicas filiais da entidade beneficiária, Neoasistencia Manoterias S.L.U. (Espanha) e AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia), que também serão fundidas na entidade beneficiária em paralelo com a presente fusão, bem como as filiais de uma das entidades cedentes no âmbito de outra fusão transfronteiras (Sigma Reparaciones S.L.U. (Espanha), PROMultiTRAVAUX S.A.S.U. (França) e Multiassistance S.A. (França; prevê-se que esta filial deixe de existir em consequência da fusão na sua empresa-mãe antes data de conclusão)). Por último, não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reestruturações relacionadas com a fusão. No entanto, como as outras fusões transfronteiriças podem tornar-se efectivas antes da fusão, estas podem ter um impacto no número de trabalhadores da entidade beneficiária empregados fora da Alemanha na altura em que a fusão se tornar efectiva. Os efeitos da fusão subsequente acima descritos também se aplicam aos trabalhadores que se tornam trabalhadores da entidade beneficiária no âmbito de outras fusões transfronteiriças.

7.4. Efeitos sobre as pensões da empresa e os direitos à pensão da empresa (§ 307 (2) nº 16 UmwG)

As pensões da empresa e os direitos às pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária não serão afectados pela fusão e os trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade contribuidora não serão elegíveis para essas pensões da empresa da entidade beneficiária.

Todas as obrigações decorrentes de pensões de empresas e de acordos de benefícios conexos e os direitos a pensões de empresas e benefícios conexos dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade contribuidora serão transferidos para a entidade beneficiária e não serão afectados pela fusão e a entidade beneficiária tornar-se-á o empregador patrocinador das pensões de empresas e dos acordos de benefícios conexos e os trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária antes da data da fusão não serão elegíveis para essas pensões de empresas da entidade contribuidora.

Todas as obrigações de pensões da empresa e acordos de benefícios conexos e os direitos a pensões da empresa e benefícios conexos dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária serão subsequentemente transferidos para a Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito da fusão subsequente.

8. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10

UmwG e Regulamento 28(2)(j) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões)

Uma vez que a entidade beneficiária foi constituída ao abrigo do direito alemão, aplicar-se-iam as regras legais alemãs relativas à (futura) co-determinação. No entanto, a fusão não exige um procedimento de negociação sobre uma (futura) co-determinação dos trabalhadores na entidade beneficiária.

Nem a entidade que transfere nem a entidade beneficiária têm um conselho de supervisão co-determinado ou estão sujeitas a quaisquer regras de co-determinação aplicáveis. A entidade beneficiária empregava 327 trabalhadores na Alemanha em 28 de fevereiro de 2025 e espera-se que continue a ter aproximadamente 327 trabalhadores na Alemanha após a conclusão das fusões propostas, uma vez que todos os outros trabalhadores, bem como os trabalhadores transferidos ao abrigo de fusões transfronteiriças implementadas em paralelo na entidade beneficiária, serão empregados em sucursais fora da Alemanha; o mesmo se aplica aos trabalhadores das duas filiais da entidade beneficiária, Neoassistencia Manoterias S.L.U. (Espanha) e AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia), que também incorporadas na entidade beneficiária paralelamente a esta fusão, bem como aos trabalhadores das únicas filiais de uma das entidades cedentes (Sigma Reparaciones S.L.U. (Espanha), PROMultiTRAVAUX S.A.S.U. (França) e Multiassistance S.A. (França; prevê-se que esta filial deixe de existir em consequência da fusão com a sua empresa-mãe antes Data de Conclusão)). Por conseguinte, os pré-requisitos da Secção 5 da Lei alemã sobre a co-determinação dos trabalhadores em fusões transfronteiriças ("**MgVG**") não estão. Além disso, não existem atualmente regras em vigor na Irlanda relativas à participação/co-determinação dos trabalhadores. Consequentemente, não é necessária qualquer declaração sobre os procedimentos de negociação nos termos do § 307 (2) n.º 10 da UmwG.

9. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (Secção 307 (2) no 7

e 8 UmwG e Regulamentos 28(2)(g) e (h) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões)

- 9.1. A entidade beneficiária não concede aos acionistas das sociedades envolvidas na fusão nem aos titulares de valores mobiliários que não sejam ações da sociedade quaisquer direitos na aceção da

Secção 307 (2) no 7 UmwG ou Regulamento 28(2)(g) dos Regulamentos Irlandeses sobre Fusões e não são propostas quaisquer medidas na aceção destas disposições.

- 9.2. Não foram nem serão concedidos quaisquer benefícios especiais, na aceção do § 307 (2) n.º 8 da UmwG ou do Regulamento 28(2)(h) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões, a quaisquer membros dos órgãos de administração, gestão, supervisão ou controlo da entidade cedente ou da entidade beneficiária.

10. **ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA**

(§ 307 (2) n.º 9 UmwG e Regulamento 28(2)(i) dos regulamentos irlandeses relativos às concentrações)

A escritura de constituição e os estatutos da entidade beneficiária são apensos ao presente plano de fusão como **anexo 10**, nos termos do § 307 (2) n.º 9 da UmwG e do Regulamento 28(2)(i) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões, e fazem parte integrante do plano de fusão. Os estatutos da entidade beneficiária não serão alterados em consequência da fusão e continuarão a ser os mesmos que constam do **anexo 10** após a conclusão da fusão.

11. **GARANTIAS OFERECIDAS AOS CREDITORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e Regulamento 28(2)(n) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões)**

- 11.1. Não foram oferecidas quaisquer salvaguardas aos credores no âmbito da fusão. Tal baseia-se na opinião do Conselho de Administração da entidade beneficiária e dos diretores executivos da entidade beneficiária de que os requisitos de salvaguardas não se aplicam a quaisquer credores da entidade beneficiária devido à forte situação financeira, solvência e liquidez da entidade beneficiária.
- 11.2. Os credores da entidade contribuidora que, à data de apresentação plano de fusão ao CRO (a "**data relevante**"), tenham direito a qualquer dívida ou crédito contra a entidade contribuidora e que (i) não estejam satisfeitos com as salvaguardas oferecidas aos credores no plano de fusão e (ii) possam demonstrar de forma credível que, devido à fusão a satisfação do seu crédito está em jogo e que não obtiveram salvaguardas adequadas da entidade beneficiária a este respeito, terão o direito de requerer ao Supremo Tribunal irlandês salvaguardas adequadas no prazo de três meses a contar da data relevante, em conformidade com o Regulamento 38(1) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões.

12. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. Se qualquer disposição do presente plano de fusão for ou se tornar inválida, impraticável ou inaplicável, tal não afectará a validade das restantes disposições. Pelo contrário, as partes comprometem-se a substituir a disposição inválida, impraticável ou inaplicável por uma disposição que seja tão

mais próximo possível, do ponto de vista jurídico, da intenção económica das Partes em termos de significado e finalidade da disposição inválida, impraticável ou inaplicável. O mesmo se aplica a eventuais lacunas.

- 12.2. As alterações ou aditamentos a este projeto de fusão carecem de reconhecimento notarial (§ 307 (4) UmwG).
- 12.3. O local exclusivo de cumprimento e jurisdição para todas as reivindicações decorrentes ou relacionadas com este projeto de fusão é - na medida em que tal seja legalmente permitido - Munique, Alemanha. Cada uma das empresas envolvidas na fusão cumprirá igualmente as disposições e formalidades da legislação nacional que lhe é aplicável.

[*Páginas de assinatura*]

ANEXO 10
ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA

Registo de documentos n.

[Carimbo: 0264] G/2009

**Estabelecimento de um
sociedade de responsabilidade limitada de alemão
(*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*)**

Neste dia vinte e três de janeiro do ano de dois mil e nove

- 23 de janeiro de 2009 -

compareceu perante mim **o Dr. Thomas Kilian**, candidato a notário, oficialmente nomeado adjunto do notário

Dr. Tilmann Götte, em Munique,

com escritório em 80333 Munique, Briennerstraße 12/III, na propriedade situada na Königinstraße 28, em 80802 Munique, onde me desloquei a pedido:

1. Katrin Winterhalder, nascida em 19 de abril de 1970,
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,
2. Werner Hierl, nascido em 14 de maio de 1959,
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,

ambos conhecidos pessoalmente, [*aditamento manuscrito*: O Sr. Hierl identificou-se adicionalmente o seu bilhete de identidade nacional,]

a seguir, agindo em nome da Allianz

Deutschland AG
com sede em Munique, Tribunal Local (*Amtsgericht*) de Munique, registo
tribunal, HRB 158878,

e endereço em 80802 Munique, Königinstraße 28,

como seus titulares de uma procuração geral (*Prokuristen*) com poderes de representação conjunta.

A pedido das pessoas presentes e em conformidade com as declarações por elas prestadas, reconheço notarialmente o seguinte:

I. Conclusão do acordo

A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, estabelece um

sociedade de responsabilidade limitada de direito alemão (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung* ou "GmbH")

e estabelece os estatutos da sociedade que figuram em anexo à presente escritura. A partir de hoje, considera-se que a sociedade está em fase de constituição.

II. Capital social

O capital social da empresa é de 25.000,00 euros.

É subscrito no montante de 25.000,00 euros pela Allianz Deutschland AG, Munique, e deve ser imediatamente pago em dinheiro e na íntegra junto da empresa.

III. Diretores executivos

As pessoas a seguir indicadas são nomeadas diretores executivos (*Geschäftsführer*):

1. Dr. Stefan Lütticke, Grasbrunn, nascido em 28 de dezembro de 1968,
2. Dr. Peter Damm, Dachau, nascido em 7 de junho de 1961;

estão autorizados pelos estatutos a representar a sociedade e estão isentos das restrições previstas no artigo 181º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*), em conformidade com o artigo 7º dos estatutos.

IV. Cópias

As cópias autenticadas da presente escritura serão enviadas para:
o acionista, a
empresa,
a administração fiscal, o serviço de retenção na fonte sobre os rendimentos
de investimentos o tribunal de registo.

V. Conselhos do notário

O notário-adjunto informou as partes envolvidas, em particular, sobre o momento e os requisitos para a constituição da GmbH e sobre a sua responsabilidade pessoal por quaisquer actos praticados antes dessa data.

VI. Instalações comerciais

As instalações da empresa estão situadas na Königinstraße 28, em 80802 Munique.

, incluindo o anexo, pelo notário-adjunto, aprovado pelas partes
envolvidas
e assinados de próprio punho:

[em caligrafia: p.p. [ilegível]]

p.p. [ilegível]]

[Carimbo redondo: DR TILMAN GÖTTE
NOTÁRIO EM MUNIQUE]

[assinatura ilegível]
[em letra de forma: Adjunto do Notário].

Estatutos da sociedade

§ 1

Denominação social e sede social

1. A razão social da empresa é:

AZ-Argos 52 Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH.

2. A empresa tem a sua sede social em Munique.

§ 2

Objeto social

1. O objeto social da sociedade é a gestão de bens próprios e de terceiros.
2. A empresa pode investir em empresas na Alemanha e no estrangeiro, também como sócio geral, e gerir as suas actividades.

§ 3

Capital social

1. O capital social da empresa é de

25.000,00 euros

- por extenso: vinte e cinco mil euros -.

O capital social deve ser imediatamente realizado na íntegra em numerário.

2. A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, compromete-se a efetuar a única entrada (inicial) no capital social da empresa no montante de 25.000,00 euros.

§ 4

Exercício financeiro

O exercício financeiro é o ano civil.

§ 5

Publicações

Todas as publicações da empresa serão feitas no Diário da República eletrónico (*elektronischer Bundesanzeiger*).

§ 6

Resgate de acções

1. As acções podem ser resgatadas com o consentimento do acionista em causa através de uma resolução dos acionistas adoptada por maioria simples dos votos expressos.
2. A assembleia de acionistas pode deliberar que, em vez da amortização, a acção seja adquirida pela sociedade ou pelos restantes acionistas, na proporção das respectivas participações.

§ 7

Gestão e representação

1. A empresa tem dois ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). A empresa é representada por dois diretores-gerais ou por um diretor-gerente que actua em conjunto com um detentor de uma procuração geral (*Prokurist*).
2. Os diretores executivos estão isentos das restrições previstas no artigo 181.º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*).
3. A direcção é responsável pela nomeação dos titulares de uma procuração geral.

§ 8

Demonstrações financeiras anuais, distribuição de lucros

1. As demonstrações financeiras anuais serão adoptadas e a resolução sobre a afetação dos lucros será aprovada dentro dos prazos previstos na lei.

2. Os acionistas podem decidir, em qualquer altura antes da adoção das demonstrações financeiras anuais após uma análise conscienciosa, por maioria simples, efetuar distribuições antecipadas do lucro anual previsto ou de partes do mesmo. Deve ser respeitado o artigo 30.º da lei alemã sobre as sociedades de responsabilidade limitada (*GmbH-Gesetz*).

§ 9

Aprovação de deliberações dos acionistas e assembleia de acionistas

1. Na medida em que tal seja legalmente permitido, os acionistas aprovarão resoluções sem necessidade de realizar uma assembleia de acionistas. Os votos podem ser expressos sem quaisquer requisitos quanto à forma, mas devem ser expressos por escrito.

A direção pode exigir que os acionistas lhe apresentem as suas declarações de voto no prazo de uma semana após terem recebido o pedido de voto. Nesse caso, a não apresentação atempada das declarações de voto será considerada como uma não participação na votação.

2. As assembleias gerais de acionistas são convocadas pelos administradores se a lei ou os estatutos o exigirem ou se, por qualquer outro motivo, a convocação se revelar necessária no interesse da sociedade. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As assembleias podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone. Na medida do permitido por lei, as assembleias de acionistas podem realizar-se em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro, por decisão da administração.
3. Cada 50,00 euros do montante principal de uma ação confere um voto.

§ 10

Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, serão suportadas pela sociedade.

[em caligrafia: p.p. [illegível]]

p.p. [illegível]]

Certifico que os dados de imagem (cópia) contidos ficheiro
correspondem à cópia impressa que me foi apresentada (original).

Munique, 5 de fevereiro de 2009

Dr. Tilman Götte
Notário

Tradução de conveniência

Registo de documentos n.º [carimbo: H 3764 / 24]

**Certificado nos termos do § 54, n.º 1, frase 2, da lei alemã sobre as sociedades de
responsabilidade limitada (GmbH-Gesetz)**

Eu, Sebastian Herrler, notário público em Munique, certifico que as disposições alteradas dos estatutos abaixo indicados correspondem à deliberação de alteração dos estatutos, escritura deste cartório com data de 23 de julho de 2024, registo de documentos n.º H 3676/24, e que as disposições não alteradas correspondem ao último texto completo dos estatutos que foi apresentado ao Registo Comercial.

Munique, 25 de julho de 2024

[Carimbo redondo:
SEBASTIAN HERRLER
NOTÁRIO EM MUNIQUE]

[assinatura ilegível]
Sebastian Herrler
Notário público

Estatutos da sociedade

§ 1 Denominação social, sede social

(1) A razão social da empresa é:

AP Solutions GmbH

(2) A empresa tem a sua sede social em Munique.

§ 2 Objeto social da sociedade

O objeto social da empresa consiste em atuar simultaneamente como holding e como empresa de serviços.

(1) Função de holding e função de serviços partilhados:

a) a aquisição de participações de qualquer tipo e forma em consórcios, empresas ou sociedades, independentemente da sua forma jurídica e do seu objeto social, nomeadamente nos domínios das apólices ou serviços de seguros de assistência, de viagem e de saúde, bem como a gestão e a venda dessas participações;

b) prestação de vários serviços de consultoria, supervisão e outros serviços às empresas do Allianz Partners Group, incluindo a prestação de serviços de outsourcing importantes ou críticos.

(2) Funcionar como uma empresa de serviços para as empresas internas da Allianz, empresas terceiras e consumidores:

a) organização e execução de serviços de assistência de todos os tipos em todo o mundo, nomeadamente assistência em caso de doença, avarias ou outras emergências, bem como a prestação de outros serviços e transacções conexos;

b) a corretagem, o controlo e a adjudicação de serviços de artesãos e serviços similares no domínio da reparação, manutenção, modernização e renovação de , bem como a prestação desses serviços por terceiros;

c) corretagem de seguros e outros contratos relativos a activos, serviços e transacções, nomeadamente através de plataformas.

(3) Para atingir o seu objetivo, a empresa está autorizada a

a) realizar, em geral, todas as operações de natureza operacional, comercial, financeira, direito imobiliário ou de qualquer outra natureza que estejam direta ou indiretamente relacionadas com os objectivos sociais acima referidos ou que contribuam para a sua realização e desenvolvimento;

b) utilizar todos os instrumentos de venda e de comercialização adequados e legalmente admissíveis;

c) estabelecer sucursais na Alemanha e no estrangeiro, adquirir empresas semelhantes e comparáveis e adquirir participações em tais empresas sob qualquer forma permitida por lei.

§ 3 Capital social, acções

(1) O capital social da sociedade é de 824.739,00 euros (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e nove euros).

(2) O capital social está dividido em 824.739 acções, cada uma com um valor nominal de 1,00 EUR.

§ 4 Duração da sociedade, exercício financeiro

(1) A empresa foi criada por um período indeterminado.

(2) O exercício financeiro é o ano civil.

§ 5 Órgãos sociais da empresa

Os órgãos sociais da empresa são: o conselho de administração (§ 6) e a assembleia de acionistas (§ 7).

§ 6 Gestão e representação

(1) A empresa tem um ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). O número de administradores executivos é determinado pela assembleia geral de acionistas. A assembleia geral de acionistas pode nomear um presidente do conselho de administração. Se for nomeado apenas um diretor-geral, este representa sempre apenas a empresa. Se for nomeado mais do que um diretor-geral, a empresa será representada por dois diretores-gerais agindo em conjunto ou por um diretor-geral agindo em conjunto com um detentor de uma procuração geral (*Prokurist*). A disposição anterior aplica-se igualmente aos liquidatários.

(2) Os diretores-gerais são nomeados e destituídos por deliberação dos acionistas.

(3) Aquando da celebração, da alteração ou da rescisão dos contratos de prestação de serviços, a empresa é representada pela assembleia de acionistas.

(4) A assembleia de acionistas elaborará um regulamento interno para o conselho de administração. O regulamento interno pode, *nomeadamente*, o tipo de operações que só podem ser efectuadas com o consentimento prévio da assembleia geral.

§ 7 Assembleias de acionistas e deliberações dos acionistas

- (1) As deliberações dos acionistas serão tomadas nas assembleias de acionistas, que também podem ser realizadas por telefone ou videoconferência, ou fora das assembleias de acionistas - desde que todos os acionistas participem - através de votos expressos por escrito, por telefone ou por meios electrónicos. As assembleias podem ser convocadas sem quaisquer requisitos formais especiais e podem, nomeadamente, ser convocadas verbalmente ou por telefone.
- (2) As deliberações dos acionistas serão adoptadas por maioria simples dos votos expressos, salvo se uma maioria mais elevada for exigida por lei ou pelos presentes estatutos.
- (3) Cada 1 euro do montante principal de uma ação confere um voto.
- (4) A assembleia de acionistas tem quórum se estiverem presentes ou representados na assembleia acionistas que detenham a maioria do capital social da empresa.
- (5) Os acionistas que não possam estar presentes na assembleia podem fazer-se representar por uma procuração em forma de texto.
- (6) As assembleias gerais são convocadas pela administração quando a lei ou os estatutos o exijam ou quando, por qualquer outro motivo, a convocação se mostre necessária aos interesses da sociedade, estando cada administrador individualmente autorizado a convocar a assembleia. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As reuniões podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone ou meios electrónicos. Por decisão da administração, as assembleias de acionistas podem ser realizadas em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro.
- (7) As deliberações aprovadas sem requisitos formais especiais serão documentadas para registo; nessa ata devem ser especificados o dia e a forma da aprovação da deliberação, o seu conteúdo e os votos expressos. A ata deve ser assinada pelos acionistas. As deliberações tomadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser aprovadas por escrito. Todas as actas e resoluções aprovadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser assinadas utilizando, pelo menos, uma assinatura eletrónica não qualificada (por exemplo, DocuSign ou Namirial). Estes requisitos de forma não se aplicam a resoluções notariais.

§ 8 Demonstrações financeiras anuais

- (1) A direção deve elaborar as demonstrações financeiras anuais (balanço, demonstração de resultados, notas) e, se exigido por lei, o relatório de gestão dentro do prazo legalmente estabelecido e apresentá-los à assembleia de acionistas imediatamente após a sua elaboração para efeitos de adoção. Se as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão (caso seja necessário elaborar um tal relatório) forem auditados por um auditor, os administradores submeterão estes documentos, juntamente com o relatório do auditor, à assembleia de acionistas, sem demora injustificada após a receção do relatório de auditoria do auditor.

(2) A assembleia de acionistas delibera todos os anos, no prazo definido por lei, nomeadamente, sobre a adoção das contas anuais e a aplicação de eventuais lucros ou prejuízos.

§ 9 Publicações

As publicações da Empresa serão efectuadas exclusivamente no *Bundesanzeiger* (Diário da República Federal da *Alemanha*).

§ 10 Divisibilidade

Se alguma das disposições dos presentes estatutos for ou se tornar inválida, no todo ou em parte, tal não afectará a validade das restantes disposições dos mesmos.

O mesmo se aplica quando as disposições individuais são impraticáveis. Para substituir uma disposição inválida ou impraticável ou uma parte inválida ou impraticável de uma disposição, a assembleia de acionistas acordará em disposições válidas ou praticáveis, respetivamente, que reflectam a intenção e o objetivo e, em particular, a substância económica da disposição que deve ser substituída.

§ 11 Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, foram suportadas pela sociedade.

Certifico que os dados de imagem contidos neste ficheiro (cópia) correspondem ao documento em papel (original) que me foi apresentado.

Munique, 25 de julho de 2024

Sebastian Herrler, Notário Público